

Polícia Judicial vai discutir nova proposta de estratégia nacional

A política para a formação, a capacitação continuada e o aperfeiçoamento dos cerca de sete mil integrantes da Polícia Judicial em todo país será redefinida por meio dos resultados obtidos do grupo de trabalho criado pela [Portaria CNJ 368/2024](#).

O objetivo é unificar a atuação da polícia judicial por meio de um processo de qualificação voltado para as especificidades da carreira. Alinhada aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário e com mais respeito à diversidade, a unificação promove a segurança necessária para magistrados, servidores, bens e serviços da Justiça, além da plena acessibilidade tanto dos usuários quanto dos operadores desse poder.

Essa é uma das tarefas do grupo formado para elaborar os documentos que comporão a doutrina, que devem ser concluídos até o fim deste ano e submetidos ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça em 2025. Coordenado pelo conselheiro do CNJ José Rotondano, o GT tem 60 dias para elaborar a proposta de doutrina técnico-operacional da Polícia Judicial.

Conforme prevê a portaria, o grupo deve discutir as propostas para definir, ordenar, distinguir e qualificar as atividades a serem desenvolvidas. Para tanto, serão elaboradas a Estratégia Nacional da Polícia Judicial, em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário; a Matriz Curricular Nacional, para a formação dos policiais judiciais do Poder Judiciário; e o Projeto Pedagógico Institucional da Academia Nacional de Polícia Judicial (ANPJ).

Formado por instrutores da Polícia Judicial representantes das diversas instâncias e ramos do Poder Judiciário, as atividades do GT foram organizadas em subgrupos. O primeiro, responsável pelo planejamento estratégico, definirá os esboços dos documentos norteadores (Estratégia Nacional e Projeto Pedagógico Institucional), para a definição, imediatamente posterior, das matrizes de cada área do conhecimento.

Também foram formados 12 subgrupos temáticos, cada um presidido por um magistrado, que vão abordar temas como Ética e Direitos Humanos; Proteção de Pessoas; Uso Seletivo da Força; Inteligência Policial Institucional; e Aparelhamento, Inovação e Tecnologia, entre outros.

Próximos passos

A minuta da Estratégia Nacional deverá incluir a missão, a visão e os valores da Polícia Judicial; e o Projeto Pedagógico Institucional representará a política de ensino e as metodologias estabelecidas para a formação e demais qualificações destinadas aos policiais judiciais.

Depois, o documento será encaminhado aos 12 subgrupos para que alinhem a sugestão de matriz curricular de acordo com o tema para o qual foram designados. Concluída essa etapa das atividades, caberá ao grupo de planejamento estratégico, que é formado pelos Magistrados que presidem os subgrupos e um instrutor da Polícia Judicial de cada subgrupo, revisar e adequar os conteúdos.

O trabalho será apresentado em congresso técnico, em data a ser definida, e contará com a participação de magistrados representantes da Polícia Judicial de todos os ramos do Poder Judiciário. A minuta final será analisada e votada no Plenário do CNJ. *Com informações da assessoria de comunicação do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-nov-24/policia-judicial-vai-discutir-nova-proposta-de-estrategia-nacional/>



Rômulo Serpa/Agência CNJ

A Polícia Judicial é responsável pela defesa das autoridades da Justiça Federal